

Do trabalhador descartável à re-efetivação do ser genérico: um debate acerca do tempo disponível a partir da experiência *dekassegui**

Fábio Kazuo Ocada**

Resumo: A repercussão da crise mundial do capitalismo sobre os chamados trabalhadores *dekassegui* vem constituindo um movimento de retorno forçado ao Brasil, em razão do descarte de uma considerável parcela da força de trabalho, anteriormente empregada na produção industrial de mercadorias. O desemprego crescente entre estes trabalhadores, assim como pelo mundo todo, ao mesmo tempo em que intensifica o trabalho entre aqueles que são mantidos empregados, produz uma enorme quantidade de tempo supérfluo entre aqueles que são dispensados. Neste sentido, o presente artigo desenvolve uma breve reflexão fundamentada na proposição marxiana da “*universalidade genérica do homem*”, como aspecto essencial à reapropriação do trabalho baseado no tempo disponível com vistas à superação do estranhamento-de-si humano.

Introdução

A repercussão da crise mundial do capitalismo entre aqueles que partiram rumo aos postos de trabalho das fábricas japonesas se apresenta como uma espécie de atualização dramática do ciclo de incerteza instaurado pela reestruturação produtiva, com o descarte de uma parcela crescente destes trabalhadores e a intensificação ainda maior do trabalho sobre aqueles que vêm permanecendo empregados.

Em meio a esta realidade, assiste-se à chegada de um considerável contingente de trabalhadores desempregados, iniciando um tortuoso processo de readaptação forçada ao contexto brasileiro. Do dia para a noite suas vidas foram novamente viradas de cabeça para baixo em razão das oscilações do mercado de trabalho e da queda da demanda por força de trabalho.

Uma angústia renovada emerge deste contexto, uma expectativa permanente em relação a esta condição provisória instaurada pela ordem social do capital em sua atual

* Este artigo foi elaborado a partir da reunião de um conjunto de dados coletados para a elaboração da tese “*A tecelagem da vida com fios partidos: as motivações invisíveis da emigração dekassegui ao Japão em quatro estações*”; financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), sob orientação da Profª. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva; e defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FCL-Unesp, Campus de Araraquara, em junho de 2006, para a obtenção do título de doutor.

** Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Marília.

fase de desenvolvimento histórico neoliberal. Em grande medida, o silêncio que perpassa o movimento de chegada destes trabalhadores os assemelha àqueles combatentes da Primeira Guerra Mundial mencionados por Walter Benjamin – em *Experiência e pobreza* (1933) –, que retornavam silenciosos das trincheiras dos campos de batalha, “*mais pobres em experiências comunicáveis, e não mais ricos.*” (Benjamin, 1994, p.115).

Por trás da crise econômica objetivada em dados estatísticos referentes às diminuições das taxas de lucro e dos níveis de emprego, existe a experiência econômica vivenciada por estes sujeitos, vivência intraduzível, senão pelo silêncio de perplexidade diante da instabilidade da própria condição de existência, da subordinação radical às determinações do mercado de trabalho. Deste modo, o presente artigo propõe desenvolver uma breve reflexão acerca da imprescindibilidade da categoria trabalho e do tempo disponível, para a construção efetiva de uma vida dotada de sentido, não no ócio gerado pelo desemprego, mas a partir do próprio trabalho concebido não de forma abstrata, enquanto mercadoria, mas concretamente como atividade genérica produtora de valores de uso, com vistas à satisfação de necessidades humanas, sejam elas provenientes do estômago ou da fantasia.

O fetiche da tecnologia e a desefetivação do ser genérico

Entre os jovens trabalhadores retornados do Japão, as conversas informais, ao mesmo tempo em que constroem imagens positivas da vida deixada para trás, trazem à tona uma realidade de trabalho estranhado, de intensa mobilidade e acentuado desgaste. Nesta forma historicamente determinada de trabalho, no qual o indivíduo não se apropria do resultado de sua atividade, a energia vital despendida torna-se própria do objeto. Esta fetichização do produto do trabalho estranhado é condicionada, portanto,

pelo fato de que a energia vital despendida na atividade não foi apropriada pelo sujeito, mas pelo objeto, que, fetichizado, adquire uma posição de predominância sobre os próprios trabalhadores.

Por esta razão, os relatos dos momentos de descontração de muitos destes trabalhadores migrantes confundem-se com o consumo fetichizado de mercadorias, de objetos tão supérfluos e descartáveis quanto a própria força de trabalho empregada para produzi-los, quanto as próprias vidas tornadas mercadorias produtoras de valor, pela lógica da acumulação capitalista. Dentro deste universo, o entorpecimento por meio de entretenimentos e jogos eletrônicos é lícito e amplamente difundido entre crianças, trabalhadores jovens e adultos. Quando fora do local de trabalho, dedicam grande parte do tempo livre e das economias a atividades inócuas e paralisantes relacionadas ao consumo.

Pelos cantos dos alojamentos e apartamentos de aluguel, avolumam-se os produtos, as mercadorias compradas durante as horas de folga. Frequentemente, por ocasião do retorno ao país de origem, os inúmeros produtos adquiridos são encaixotados e despachados por via marítima ao Brasil. O grande volume de produtos supérfluos adquiridos contradiz flagrantemente, tanto com a instabilidade da condição de emprego, quanto com os escassos recursos financeiros trazidos por muitos destes trabalhadores após anos de trabalho.

Simultaneamente a este processo de subjetivação do produto do trabalho estranhado, o vínculo social entre os indivíduos assume a forma de “*coisa*”. A pobreza do trabalhador, enquanto mercadoria – força de trabalho –, não se resume numa pobreza estritamente material, mas também se traduz por um empobrecimento de seu mundo

interior, uma limitação de todos os sentidos¹ ao sentido de ter, ou seja, de possuir objetos.

Em relação a este fenômeno, desde o período de ascensão do nazismo ao poder, Benjamin (1994) já atentava para o surgimento desta nova forma de miséria surgida a partir deste monstruoso desenvolvimento da técnica sobrepondo-se aos seres humanos, segundo ele: “... a angustiante riqueza de idéias que se difundiu... sobre as pessoas, com a renovação da astrologia e da ioga, da Cristhian Science e da quiromancia, do vegetarianismo e da gnose, da escolástica e do espiritualismo, é o reverso dessa miséria.” (Benjamin, 1994, p.115).

Na relação do trabalho estranhado/alienado – mostra Silveira (1989) fundamentado na reflexão marxiana – cada indivíduo considera o outro segundo o critério e a relação na qual ele mesmo se encontra. O estranhamento interno ao próprio sujeito está implicado em sua relação estranhada com outros sujeitos. É a subjetivação do valor de troca operando como núcleo das relações intersubjetivas. No valor de troca, o vínculo social entre as pessoas transforma-se em relação social entre coisas. Esse nexos social – o valor de troca – produz efeitos de um profundo desenraizamento sobre os indivíduos. Transforma a dependência pessoal em uma independência pessoal fundada na dependência com relação às coisas; numa dependência material em oposição à dependência pessoal. Esta independência é apenas uma ilusão que, segundo Silveira (1989), melhor seria designada como indiferença, mútua e generalizada. Esta dependência mútua e generalizada dos indivíduos reciprocamente indiferentes constitui o nexos social da sociabilidade capitalista, expressa no valor de troca.

Objetivados por este universo tecnológico da produção industrial e do consumo de mercadorias, muitos jovens trabalhadores no contexto da sociedade de consumo

¹ “A formação dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história do mundo até aqui.” (Marx, 2004, p.110).

japonesa buscam evadir-se quando fora do trabalho, da única forma que lhes é assegurada, qual seja, no consumo de mercadorias dotadas de superioridade frente aos próprios trabalhadores, que, diante das prateleiras das lojas de departamento se detêm enfeitiçados pelo brilho luminoso dos monitores digitais portáteis, dos computadores, televisores, telefones celulares, jogos e demais aparelhos eletrônicos. Ofuscados pelas tecnologias informacionais em avançado estágio de desenvolvimento, tendem a perder de vista a necessidade urgente da mobilização política e da luta revolucionária. Atomizados, a possibilidade de superação da ordem social – mediante a efetivação da práxis orientada pelo entendimento consequente acerca da natureza histórica e contraditória da própria condição de classe – apresenta-se como algo impensável, impraticável.

A desefetivação do ser genérico do homem, mencionada por Marx (2004) em seus *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1844) – traduz-se entre estes trabalhadores por uma naturalização da própria condição adversa, como um destino “inevitável”, intransponível. A relação estranhada com o mundo, com as pessoas e consigo mesmo, aparece ao trabalhador, como algo inerente à própria “natureza humana”, uma percepção distorcida, desvinculada do entendimento do processo histórico efetivo, confinando-o a uma existência individualizada, esvaziada de sentido, presa ao trabalho estranhado, à ideologia do consumo e à ilusão de um tempo presente eternizado, como se o viver sempre, desde o início dos tempos, tivesse sido dessa maneira.

A despeito desta percepção distorcida de um presente contínuo, um quarto de século se passou efetivamente desde que teve início esta emigração de trabalhadores *dekassegui* ao Japão. Com o acirramento da crise, do dia para a noite, muitas destas famílias depararam-se repentinamente com suas reais condições de existência, lançadas

à própria sorte e forçadas a retornar ao Brasil em razão da diminuição das vagas de emprego neste mercado de trabalho completamente precarizado.

Em meio a esta conjuntura de crise estrutural do capital, como mostra Mészáros (2006), o desemprego vem se tornando uma característica dominante em todos os países, levando a uma crescente precarização das condições de trabalho e das formas de contratação pelo mundo todo; e gerando um imenso volume de insegurança, tanto entre os desempregados, quanto entre aqueles que, para assegurar a subsistência, continuam a encontrar quem compre sua força de trabalho. Como decorrência desta tendência mundial, o problema do desemprego já não se restringe apenas aos trabalhadores sem qualificação, mas atinge também um contingente crescente de trabalhadores qualificados. Ao mesmo tempo em que os principais setores da indústria expulsam um número cada vez maior de pessoas de seus processos produtivos tendem a prolongar as jornadas de trabalho entre aqueles que se mantêm empregados.

As descompensações psíquicas à luz do conceito de estranhamento

O trabalho transformado em mercadoria, na medida em que sua finalidade torna-se a ampliação da riqueza alheia, torna-se uma atividade danosa ao trabalhador, destruidora de suas faculdades genéricas espirituais livres. Em conformidade com esta afirmativa, o estudo de Dejours (1992) mostra que os processos de descompensação psicopatológica assumem duas formas principais: a primeira caracterizada por sintomas como, prostração, abatimento, desespero, depressão, alcoolismo e suicídio; a segunda marcada pelo impulso reacional de revolta desesperada, que resulta em atos de violência, depredação, vingança e sabotagem.

Tais descompensações, de acordo com o estudo, são mal conhecidas porque são ocultadas pelas direções das empresas. Os casos que se tornam públicos são raros. Toda

vez que surge um caso nos veículos de informação, este se passa por “excepcional”. Embora as conseqüências funestas deste trabalho estejam presentes por toda sociedade, somente esporadicamente ganham as páginas sensacionalistas dos jornais, onde são reduzidas à condição banalizada de informação desvinculada do contexto social das relações de trabalho; e desprovidas de análise teórica capaz de rearticulá-las criticamente a um nível de entendimento aprofundado das relações sociais.

O drama vivenciado pela família S., no município de Sertãozinho (SP), é ilustrativo desta questão. Conforme noticiado pelo jornal *Folha de São Paulo*, do dia 18 de agosto de 2000, o ex-bancário M. Y. S., então com 33 anos de idade, foi preso após assassinar a própria mãe, a balconista N. S. (66 anos de idade), e tentar o mesmo com o pai, servindo-lhe um copo de leite envenenado. Segundo o depoimento prestado à polícia por um vizinho da família, conforme a reportagem, M. Y. S. vinha sofrendo de transtornos mentais, desde que retornara do Japão, há pouco mais de dois anos. Três meses antes do assassinato, havia sido internado num hospital psiquiátrico, em Ribeirão Preto, após uma tentativa frustrada de suicídio. No momento em que fora encontrado pela polícia, o ex-bancário e ex-trabalhador *dekassegui*, dopado, empreendia uma nova tentativa de suicídio, amarrado a uma corrente, no interior de uma piscina da casa da família.

O que a reportagem do jornal não menciona, porém, é que este episódio não constitui um caso isolado, excepcional, mas parte integrante da vida cotidiana numa sociedade subordinada à sociabilidade moldada pelo capital, no contexto da reestruturação produtiva. Fenômenos da mesma natureza também foram constatados por Yoshioka (1995), durante o período em que esteve no Japão, antes mesmo do auge da crise econômica. O trabalho realizado pelos médicos psiquiatras Itiro Shirakawa, da Escola Paulista de Medicina, e Décio Issamu Nakagawa, da Beneficência Nipo-

Brasileira – “*Migração e saúde mental no Brasil*” (apud YOSHIOKA, 1995) –, dá uma idéia apenas aproximada da realidade cotidiana vivenciada por estes trabalhadores.

O estudo inicial realizado por eles, com 62 pacientes atendidos no ambulatório da Beneficência Nipo-Brasileira de São Paulo e em consultório particular, no período de janeiro a maio de 1993 apresentou os seguintes quadros clínicos: “... 59 *pacientes (95,1%) com características sindrômicas de esquizofrenia, ou distúrbio paranóide; dois pacientes (3,2%), [com] distúrbios depressivos; e um paciente (1,6%), [apresentando um] quadro epilético. Associados a esse quadro clínico, 44 pacientes (74,5%), apresentavam anorexia; 23 (38,9%), tendências suicidas; oito (13,5%), já haviam tentado o suicídio. Como conclusão do trabalho, os autores afirmam: “Apesar de se tratar de um primeiro estudo meramente descritivo, foi possível verificar que os dekasseguis vêm apresentando crises psiquiátricas em função de fatores estressantes, devido à desadaptação sócio-cultural...”*”²

Embora as considerações tecidas pelos médicos psiquiatras desconsiderem a relevância do conceito de estranhamento (*Entfremdung*), todas estes dados acerca das descompensações psíquicas de trabalhadores retornados do Japão, apontam que as condições em que se encontram após o retorno, estão diretamente relacionadas à determinação de que o trabalhador se relaciona com o produto de seu trabalho, como com um objeto estranho. Portanto, a afirmação marxiana acerca das conseqüências desta “*objetivação como perda do objeto*” revela-se bastante atual.

Retomando assim a reflexão de Marx (2004), o trabalho estranhado faz do ser genérico do homem, tanto da natureza, quanto da faculdade genérica espiritual dele, um ser estranho a ele próprio. Estranha do homem o próprio gênero humano, seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, estranha sua essência espiritual, a sua essência

² Painel apresentado no 1º Simpósio de Psiquiatria Brasil-Japão, que precedeu o Congresso Internacional de Psiquiatria do Rio de Janeiro, e no Simpósio O futuro da comunidade nikkei, realizado em São Paulo no período de 6 a 7 de novembro de 1993 apud YOSHIOKA, 1995, p.141-2.

humana. Uma consequência imediata de o homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico é o estranhamento do homem pelo próprio homem. E se a reação generalizada entre os próprios trabalhadores diante destes acontecimentos é de indiferença e apatia, é porque na relação do trabalho estranhado, cada homem considera o outro, segundo o critério e a relação na qual ele mesmo se encontra como trabalhador.

O descaminho da normalidade sofrente

Em meados da década de 1990, o estudo de Rifkin (1995), embora circunscrito à tese do “*fim dos empregos*”, indicava paradoxalmente que sob as práticas da produção toyotizada, o estresse dos trabalhadores vinha atingindo proporções alarmantes. O governo japonês, atento ao fenômeno recorrente, sobretudo, entre os trabalhadores da indústria automobilística, designou o termo *karoshi* para referir-se a uma nova doença relacionada à produção. O Instituto Nacional de Saúde Pública do Japão reconheceu oficialmente o *karoshi* como uma condição na qual as adversidades do trabalho industrial, são toleradas pelos trabalhadores, levando-os ao acúmulo de fadiga do corpo e a uma condição crônica de exaustão por excesso de trabalho, resultando em um esgotamento fatal.

Tendo em vista o mesmo fenômeno, o artigo de Sargentini (1996), publicado por volta deste mesmo período, também atentava para a situação dos trabalhadores no Japão. Anualmente, segundo seu artigo, cerca de dez mil pessoas tornam-se vítimas de “overdose de trabalho”. O diretor de uma Associação de Advogados, responsável pela defesa das famílias dos mortos por “overdose de trabalho”, declara que muitos trabalhadores, principalmente da indústria automobilística japonesa, vão a óbito em razão do *karoshi*, ou se suicidam vencidos pela depressão. Os casos de indenizações são

raros e os sindicatos participativos não dispõem de meios eficazes para intervir na situação. Com a intensificação da crise econômica, a situação tende a piorar, pois as indústrias reduzem o número de trabalhadores, intensificando ainda mais o ritmo de trabalho.

Pesquisas na indústria automobilística mostram que o sofrimento daqueles que trabalham assumem formas novas e inquietantes. As inúmeras tentativas de suicídio, ou suicídios consumados, atestam o impasse psíquico criado pela falta de interlocutor que dê atenção àqueles que sofrem. A elevada taxa de suicídio é indicativa do acentuado nível de sofrimento presente na sociedade como um todo. No ano de 2003, no Japão, o número de suicídios já havia batido o recorde, superando, pelo sexto ano consecutivo, a casa dos 30 mil. De acordo com a Agência Nacional de Polícia, o número subiu 7,1%, em relação ao ano anterior e chegou a 34.427 casos de suicídio. Foram, em média, 34 casos de suicídio por dia, os principais motivos apontados são “*problemas de saúde*” (44,8%) ou dívidas (14,6%).

Segundo o depoimento de um advogado especializado em casos de saúde mental, Hiroshi Kawahito, um número cada vez maior de assalariados tem cometido suicídio, devido ao cansaço excessivo e ao estresse causado por reestruturações em suas empresas. A reportagem não especifica a porcentagem de imigrantes estrangeiros, mas chama a atenção para um significativo aumento de suicídios entre jovens. No ano de 2003, foram registrados, no Japão, 613 suicídios de pessoas com menos de 20 anos de idade, o que representa um aumento de 22,1%, em relação ao ano anterior. A elevada taxa de suicídio coloca o arquipélago entre os primeiros da lista de países com maior índice de suicídios.³

³ “*Suicídio bate recorde: mais de 34 mil se mataram no ano passado*”. Jornal Nippo-Brasil, 8 a 14 de setembro de 2004, p. 3B.

A organização do trabalho, comprovadamente, coloca em perigo a integridade física e psíquica dos trabalhadores. Conforme mostra o estudo da psicodinâmica do trabalho realizado por Dejours (2000), se, diante destas condições, o sofrimento não se faz acompanhar de descompensações psicopatológicas generalizadas, é porque em resposta a ele, os trabalhadores empregam “defesas” que lhes permitem relativo autocontrole. O conceito de ideologia defensiva refere-se a estas estratégias coletivas de defesa, colocadas em prática pelos trabalhadores, frente às condições reais de risco e perigo, inerentes ao trabalho. Nestas condições, portanto, se a maioria dos trabalhadores permanece na “normalidade”, é porque recorrem a estas estratégias coletivas de defesa.

Deste modo, ocorre uma inversão do problema, onde o próprio estado de “normalidade” torna-se enigmático. A “normalidade”, nesta problematização invertida por Dejours (1992), é interpretada como o resultado de uma composição entre o sofrimento e a luta (individual e coletiva) contra o sofrimento decorrente do trabalho. Normalidade, afirma o autor, não implica na ausência de sofrimento. Pelo contrário. A condição psíquica destes trabalhadores define-se por um estado de “normalidade *sofrente*”, resultante da dura luta contra a desestabilização psíquica provocada pelas pressões do trabalho. Estas estratégias defensivas cumprem um papel contraditório, pois ao mesmo tempo em que são necessárias à proteção da saúde mental, contra os efeitos destrutivos do sofrimento relacionado ao trabalho, podem também funcionar como uma armadilha que insensibiliza contra aquilo que faz sofrer, contribuindo para o acirramento da adversidade psicopatológica.

Paradoxalmente, os próprios trabalhadores tornam-se cúmplices da negação do real no trabalho, na medida em que esta negação torna-se condição necessária para suportar as condições objetivas impostas pela organização do trabalho. Se o indivíduo for capaz de construir defesas contra esse sofrimento, poderá manter seu quadro de

normalidade e sua *performance* produtiva no contexto de suas atividades, o que não elimina, conforme Dejours (1992), o perigo inerente às condições reais de trabalho.

Entre os trabalhadores acometidos por distúrbios mentais, o diagnóstico mais freqüente, segundo o jargão da psiquiatria, foi a “*Psicose Situacional Persecutória*”. Segundo a descrição de Nakagawa (2002): “... *eram pacientes confusos, agitados, sentindo que estavam sendo vigiados e perseguidos. Em vários serviços, esse quadro agudo era erroneamente diagnosticado... [como] surto esquizofrênico...*” (Nakagawa, 2002, p. 224).

De acordo com o médico psiquiatra, o trabalho clínico com estes migrantes retornados tem revelado também um “*quadro confusional transitório*”, desencadeado a partir da chegada ao Brasil. Este quadro transitório denominado “*Síndrome do Regresso*”, costuma se manifestar mais claramente entre pacientes que estiveram por mais de seis meses no Japão e apresenta os seguintes sintomas: “*Dispersão do pensamento; Distanciamento afetivo; Grande sensibilidade às diferenças; Tendências autodestrutivas; e Tendência a reencetar viagem ao Japão*” (Nakagawa, 2002, p.224).

O tempo disponível e a atividade do ser genérico

Dentro deste contexto de degradação das condições de existência posta pelo capital, segundo Mészáros (2006), as lutas trabalhistas pela redução das jornadas e da semana de trabalho assumem uma importância estratégica, pois, o resultado esperado do enfrentamento desse desafio é o imperativo de fazer do trabalho algo significativo, por meio de uma reapropriação do tempo livre. Numa escala crescente, segundo o autor, o sistema produtivo do capital cria o “*tempo supérfluo*” na sociedade como um todo, ao mesmo tempo em que não pode reconhecer a existência desse tempo excedente, socialmente produzido, como algo potencialmente criativo, como “*tempo disponível*”

do qual todos dispõem e que poderia ser utilizado para a realização de muitas das necessidades humanas.

As incompatibilidades radicais que ocorrem entre a ordem social existente e aquela na qual seres humanos estão no controle da sua atividade essencial, incluem a questão do “*tempo livre*”. O conceito de “*tempo disponível*”, tomado no seu sentido positivo e libertador, é inseparável da consciência e da necessidade fundamental de viabilizar e adotar um modo de controlar a própria reprodução sociometabólica, com base no tempo disponível e não no “*tempo necessário*” (Mészáros, 2006).

Para Mészáros (2006), esse é o objetivo ao qual é preciso dedicar-se, para efetivamente lidar com o problema do desemprego: uma alternativa estratégica que regulamente a reprodução social metabólica, com base no tempo disponível. Qualquer tentativa de introduzir o tempo disponível como o regulador dos intercâmbios sociais e econômicos atuaria, segundo o autor, como dinamite social, fazendo explodir a ordem reprodutiva estabelecida, pois o capital é incompatível com o tempo livre utilizado autonomamente e de forma significativa por indivíduos sociais livremente associados. .

Com vistas à elaboração de uma resposta a este cenário de “*precarização da vida*”, conforme Vasapollo (2006), é necessário considerar a riqueza e a miséria do trabalho para além de sua dimensão estritamente econômica. Neste sentido, o objetivo desta reflexão consiste, assim, em problematizar o debate em torno da redução da jornada de trabalho e do trabalho baseado no tempo disponível, trazendo à tona a preocupação com a dimensão qualitativa do trabalho, tendo por fim avançar no conhecimento desta dimensão estruturante do trabalho concreto, produtor de valores de uso – a “*essência positiva da propriedade privada e... a natureza humana da carência...*” (Marx, 2004, p.105) –, voltado tanto à satisfação das necessidades materiais

e espirituais do indivíduo e do grupo, quanto à constituição de uma vida dotada de sentido.

Para este fim, a importância central da categoria trabalho, conforme defendido por Antunes (2000), reside no fato de que ela se constitui como fonte originária, primária, de realização do ser social, uma “*protoforma da atividade humana*” e “*fundamento ontológico básico da omnilateralidade humana*”. Esta definição da categoria trabalho, conforme adverte o autor, não se refere ao trabalho caracterizado pelo estranhamento – que se generalizou juntamente com a expansão das relações capitalistas de produção e que vem levando os trabalhadores ao esgotamento psíquico e ao *karoshi* –, mas ao trabalho como criador de valores de uso, ou seja, o trabalho em sua dimensão concreta, como atividade vital, “*necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio entre o homem e a natureza*” (Antunes, 2000, p.167).

Quando se toma como ponto de partida essa formulação, segundo Antunes (2000), torna-se problemático advogar em defesa da tese do “*fim da centralidade do trabalho*”. A “*crise da sociedade do trabalho abstrato*”, segundo o autor, “*não pode ser identificada como sendo nem o fim do trabalho assalariado no interior do capitalismo... nem o fim do trabalho concreto, entendido como fundamento primeiro... da atividade humana... Fazer isso é... desconsiderar... a distinção marxiana entre trabalho concreto e trabalho abstrato...*” (Antunes, 2000, p.168).

Para o entendimento desta dimensão concreta do trabalho, Marx (2004) já atentava, desde antes do término da primeira metade do século XIX, para a universalidade do trabalho como atividade genérica mediadora da relação dos seres humanos com a natureza. A atividade vital consciente, segundo ele, distingue imediatamente o homem da atividade vital animal, razão pela qual é possível defini-lo como ser genérico. Precisamente por ser um ser genérico, sua própria vida lhe é objeto.

Assim, explica Marx (2004), o homem desenvolve-se enquanto um ser genérico na medida em que faz do próprio gênero e do restante das coisas, o seu objeto; e também quando se relaciona consigo mesmo como gênero vivo, como um ser universal, por isso livre. Deste modo, a própria concepção de liberdade presente no pensamento marxiano, está associada à qualidade genérica do ser humano, “*sua própria vida lhe é objeto*”, eis porque a sua atividade torna-se atividade livre. A universalidade do homem enquanto ser genérico aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo inorgânico. A natureza, afirma o autor, “*é o corpo inorgânico do homem... com o qual ele deve ficar num processo contínuo para não morrer...*” (Marx, 2004, p.84). É ela quem oferece os meios de subsistência física ao trabalhador, constituindo-se na própria matéria sobre a qual o seu trabalho se efetiva, de modo que nada pode ser criado sem ela.

Em razão desta estreita vinculação, a vida física e mental dos seres humanos, mostra o autor, está interconectada com a natureza e, neste sentido, a natureza está interconectada consigo mesma, pois “*o homem é uma parte da natureza*”; de modo que a própria história constitui parte efetiva da história natural. No devir deste processo, a indústria constitui a relação histórica efetiva da natureza com o homem;⁴ e quando, no interior dela, as relações capitalistas de produção se apropriam sistematicamente dos produtos de sua atividade genérica retiram-lhe sua efetiva objetividade genérica, revertendo sua vantagem com relação às demais formas de vida, na desvantagem de lhe ser retirado o seu corpo inorgânico, ou seja, a natureza.

Enfim, a relevância destas considerações para o entendimento da adversidade social vivenciada atualmente pelos trabalhadores *dekassegui* em particular e por todos os trabalhadores em geral, reside na objetivação de um importante ponto de reflexão

⁴ “*...a indústria é a relação histórica efetiva da natureza e, portanto, da ciência natural com o homem.*” (Marx, 2004, p.112)

para a superação consciente do estranhamento-de-si humano – expresso pelos inúmeros casos de transtornos psíquicos, suicídios e mortes por excesso de trabalho –, qual seja, a proposição efetiva de uma mobilização, não em torno de reivindicações salariais, ou em defesa da simples regulamentação do emprego, mas de uma atividade genérica baseada no tempo disponível – gerado como “*tempo supérfluo*” pelo próprio sistema produtivo do capital –, um trabalho com vistas à reapropriação de uma vida dotada de sentido humano e portanto social, enquanto ser para si, universal e livre.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1992. 168p.
- DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. 158p.
- MARX, K. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. (Tradução e notas Jesus Ranieri) São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MÉSZÁROS, I. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, R. (org.) *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006, p.27-44.
- NAKAGAWA, D. I. Migração e saúde mental. In: CARIGNATO, T. T.; ROSA, M. D.; FILHO, R. A. P.(orgs.). *Psicanálise, Cultura e Migração*. São Paulo: YM Editora e Gráfica, 2002, p.221-5.

SILVEIRA, P. Da alienação ao fetichismo – formas de subjetivação e de objetivação.

In: SILVEIRA, P. & DORAY, B. (orgs). *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*. São Paulo: Vértice, 1989, Enciclopédia Aberta da Psique, p.41-76.

VASAPOLLO, L. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, R. (org.) *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006, p.45-58.

YOSHIOKA, R. *Por que migramos do e para o Japão*. São Paulo: Massao Ohno, 1995.
180p.